

“A virtude da intolerância por amor de Deus”

Gizele Zanotto¹ - PPG-UFSC

Neste trabalho analisaremos alguns elementos do discurso católico tradicional de apologia da intolerância difundido pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)², entre 1960 e 1975, entendendo intolerância como *“uma atitude de ódio sistemático e de agressividade irracional com relação a indivíduos e grupos específicos, à sua maneira de ser, a seu estilo de vida e às suas crenças e convicções”*³. Através da coluna *Verdades Esquecidas*⁴ do mensário *Catolicismo*, a entidade publicou textos selecionados de Santos e religiosos católicos (discurso “legítimo” da Igreja) que, muito mais do que propagar a fé e a caridade, estimulavam os fiéis a defenderem suas crenças e modo de vida através do concurso de todas as “armas”, mesmo fazendo uso da violência física e psicológica. A TFP, que foi criada em julho de 1960, utilizava o mensário de cultura e atualidades *Catolicismo* como porta-voz do catolicismo tradicional desde sua fundação pelo então Bispo de Campos/RJ, Dom Antônio de Castro Mayer, em 1951. Desde o primeiro número da publicação o grupo reunido sob a liderança doutrinária e espiritual de Plínio Corrêa de Oliveira - destacado líder do laicato católico paulista - foi chamado para dirigir e colaborar com *Catolicismo*, mas foi no ano de 1983, em razão do rompimento de relações entre Dom Mayer e os líderes tefepistas, que o órgão foi transformado em porta-voz oficial da TFP do Brasil, embora tenha sido dirigido pelos seus membros fundadores e colaboradores desde o início da publicação. O mensário foi um dos órgãos de imprensa que serviu de porta-voz da corrente conservadora do catolicismo brasileiro quando este perdeu espaço e influência nos círculos centrais da estrutura hierárquica. Afastados dos órgãos de poder da Igreja no Brasil, religiosos e leigos mantiveram-se unidos em prol da defesa de uma autocompreensão ultramontana de catolicismo. Neste sentido, o objetivo principal do mensário era alertar e estimular a elite católica na luta contra os fatores de deterioração religiosa, moral e cultural do “neopaganismo”, bem como promover a reação contra o progressismo e esquerdismo católico.

Catolicismo sempre fora dirigido à elite religiosa do país, visando informar e orientar suas ações em consonância com os valores e a moral católica. A definição deste público alvo deriva da compreensão de que é a partir das elites que a religião católica deve novamente ser inserida em todos os âmbitos da vida pública. Em cada campo de atuação, o católico deveria influir decisivamente em prol da religião, num amplo esforço para que a orientação das instituições fosse ajustada à doutrina cristã. Decorre desta perspectiva a compreensão de que a missão essencial do apostolado leigo não seria a conversão dos infiéis, mas a salvação dos próprios católicos, que só se realizaria com o conhecimento pleno e a prática cotidiana dos ensinamentos de Jesus Cristo⁵, em outros termos, sua proposta visa a transformação dos “católicos de nome” em “católicos de fato”, em seguidores incondicionais dos ensinamentos da Igreja. Tal proposta como que justifica a criação da coluna *Verdades Esquecidas*, um espaço dedicado à apresentação de textos de Santos e religiosos, ou de eventos de suas vidas dedicadas à fé, pois, conhecer e praticar a doutrina da Igreja também incluiria o conhecimento e a imitação dos Santos, “*peçoas que a Igreja canonizou com autoridade infalível, e que não seriam Santos se tivessem, de qualquer forma – enquanto peçoas já no ápice da vida espiritual – violado a caridade*”⁶.

A publicação de tais excertos, segundo os tefepistas, vem contribuir para que os católicos moldem seus modos de ser e agir a um modelo de excelência cristã. Plínio salienta que um verdadeiro católico que conheça o pensamento de um Santo, aprovado pela Igreja, e perceba um desacordo seu com este pensamento deve imediatamente modificar seu modo de pensar, pois “*de católicos de elite não se pode esperar outra coisa (...) devemos confiar nos Santos e imitá-los*”, e complementa: “*confiar neles é segui-los ainda quando não os compreendemos bem; tomá-los por modelo, é vê-los como eles são e imitá-los, e não imaginá-los como eles não são, e admirá-los pelo que não foram*”⁷. Tal consideração refere-se à percepção da opinião pública de que os Santos homens da fé foram caridosos, misericordiosos e tolerantes, uma visão que nem sempre condiz com a verdadeira vida destes homens: muitos foram mártires, defenderam a Esposa de Cristo com sua pena mas

também com suas armas; lutaram pela paz sem serem pacifistas; foram monges e guerreiros da fé. É neste sentido que Plínio considera a seção *Verdades Esquecidas* como um “*verdadeiro teste de catolicidade*”, ou seja, ou vivemos como “católicos de fato”, ou pactuamos com as forças do mal e contribuímos com a destruição dos ensinamentos de Cristo, visto que *Simpatizar com o mal pode ser mais nocivo que combater frontalmente a Igreja* (Cardeal Alfredo Ottaviani).

Em termos da análise do discurso, a utilização de um arsenal textual derivado de homens que, pela sua excepcionalidade, foram reconhecidos pela Igreja Católica, agrega a este discurso um poder de autoridade e legitimidade que os leigos católicos fundadores da TFP não conseguiriam falando apenas em seu nome. A publicação de excertos intitulados, por exemplo, *Mostrar-se católico não poupando os hereges* (Bento XV), *Combater pelas armas os inimigos da Cruz* (São Bernardo), *Não poupar forças na hora de castigar* (Sóror Genoveva da Sagrada Face), *Há pais que se alegram com a morte dos filhos* (São Bernardo), *Matar ou morrer em guerra santa* (São Bernardo), etc, causaria furor entre os leitores da revista se seu autor não estivesse respaldado pela solidez da instituição religiosa e pela autoridade de sua pessoa. Em um contexto de ditadura militar, tais enunciados agregam ainda mais força persuasiva, visto que os textos são compreendidos em relação ao presente que vivenciam seus leitores, ou seja, os hereges, neste período, são vislumbrados nos comunistas, socialistas, subversivos, guerrilheiros, religiosos esquerdistas, protestantes, espíritas, muçulmanos, enfim, nos opositores da tradição conservadora católica e do regime ditatorial em vigor, regime este respaldado pelos tefepistas como providencial para barrar a intensa agitação social que assolava o país e que, segundo sua compreensão, ameaçava culminar com a implantação de um regime comunista no Brasil. Este discurso de apologia da intolerância favorecia tanto os católicos conservadores – preocupados com a defesa da tradição da “Igreja de sempre” – quanto os próprios militares. Tal apologia como que legitimava a repressão sistemática aos setores progressistas da Igreja em virtude desta ação estar sendo respaldada, por uma parcela dos próprios católicos, pela identificação apriorística destes religiosos e leigos com a subversão, com a desordem, e fortalecendo,

desta maneira, sua desqualificação moral e profissional. Agregada a esta estratégia de perseguição aos progressistas, o governo militar também se esforçou por estimular indivíduos e grupos conservadores da Igreja, apoiando publicamente suas posições e apresentando-os como verdadeiros representantes da doutrina cristã, não corrompida pelas ideologias revolucionárias modernas. Como muito bem salientou José Paulo Krischke, neste contexto de “caça as bruxas” é que grupos como a TFP foram beneficiados com autorização para organizar-se de forma paramilitar e envolver-se em propaganda política ostensiva, em nome de uma tradição cristã que a hierarquia repetidas vezes tem desautorizado. O autor ainda salienta que governos repressivos estão alertas tanto para a importância das instituições e ideologias religiosas quanto para o papel que estas cumprem na legitimação dos regimes políticos latino-americanos e que, portanto, se esforçam por angariar apoio neste meio⁸.

A defesa de medidas repressivas também se conjugava com o pensamento difundido pelos tefepistas de que ao homem contemporâneo, acostumado à omissão e à indiferença, faltaria uma combatividade intrépida e intemperante, que fizesse cair por terra o falso pacifismo que prejudicialmente reinaria na opinião pública, valorizando a tolerância ao que não deveria ser tolerado, pois, na sua compreensão, não se transige com o erro. Conforme salientou Plínio Corrêa de Oliveira, *“temos todos os motivos para recear que o homem contemporâneo, além de tolerar o intolerável, muitas vezes tolere com preguiça e apatia o que deveria ser tolerado com vigilância, firmeza e soléncia”⁹*, visto que tolerar um mal é consentir que ele exista e que produza maus resultados. Assim, o que se esperaria de católicos de elite, os leitores de *Catolicismo*, é que agissem conforme o modelo de Santo Odilon de Cluny que *“não receia pôr a força a serviço do direito, a serviço de Deus, e de recorrer às armas para chamar a razão os senhores recalcitrantes que desprezam a trégua (de Deus)”*, pois *“ele sabe que a paz, a paz justa e querida por Deus, é coisa que se conquista, que é preciso lutar para impô-la”¹⁰*. A luta contra os inimigos da fé, uma prática autojustificada em nome de Deus, adquire o *status* de uma guerra de deuses encarnados

em homens e mulheres que se odeiam e não se suportam¹¹, derivando daí uma prática de estímulo a atitudes intolerantes frente ao “outro” que se quer destruir.

Por tratar-se de uma questão complexa, não passível de definições rígidas e, portanto, geradora de grandes confusões é que o líder da TFP dedicou-se, em uma série de artigos publicados ainda nos anos 50, por dissipar as dúvidas em relação aos termos tolerância e intolerância. Sua preocupação era com a definição apriorística, que acreditava ser errônea, do conceito de tolerância com uma atitude valorosa e da intolerância com a intransigência. Para Plínio *“a tolerância pode ser uma virtude. Mas é virtude característica de situações anômalas, periclitantes, difíceis”*¹², situações em que, visando evitar um mal maior se consente num bem menor e desiste-se do bem maior. Sua defesa é de que a tolerância pode até ser benéfica em alguns casos, mas que existem situações em que um católico deve sempre ser intolerante: ante a prática do mal o fiel não deve jamais se abster de reprová-lo, nem por ação e tampouco por omissão: *“Um católico que, diante do pecado ou do erro, toma uma atitude de simpatia, peca contra a virtude da intolerância. (...) Isto não é respeitar o adversário, mas os seus erros e pecados. Isto é aprovar o mal. E até lá um católico não pode chegar jamais”*¹³. Concluindo, o autor ressaltava: *“Atestamos diante dos homens nosso amor ao bem e nosso ódio ao mal, para dar glória a Deus. E ainda que o mundo inteiro nos reprovasse, deveríamos continuar a fazê-lo. O fato de os outros não nos acompanharem não diminui os direitos que Deus tem à nossa inteira obediência”*¹⁴.

Nos textos *Pode ser caridoso proferir sentenças de morte* (São Tomás de Aquino), *Jesus não veio trazer a paz, mas a espada* (Pe. Fillion), *A paz, fruto lídimo da guerra aos maus* (Dom Romain Clair), etc, a morte aos inimigos da fé aparece legitimada como uma decorrência natural da defesa do ocidente cristão das doutrinas políticas e religiosas em confronto com o catolicismo. Considerando tal crença como única verdadeira, difunde-se simultaneamente uma invalidação de tudo o que não for derivado desta matriz. Relacionando tais doutrinas “errôneas” à ação do demônio, difunde-se também a necessidade de sua eliminação sumária como forma mais perfeita da defesa da fé, da moral

e, especialmente, da salvação, pois, *Não é em qualquer religião que se obtém a vida eterna* (Gregório XVI) e, portanto, *“quem quer salvar-se deve, antes de tudo, professar a Fé Católica. Pois se alguém a não professar, integral e inviolavelmente, é certo que se perderá pro toda a eternidade”*¹⁵; visando a salvação e a glória de Deus se justifica a ação intransigente com relação ao “outro”.

Nos excertos publicados em *Catolicismo*, estimulavam-se ações de ódio *perfeito*, resistência, ira *zeloza*, ridicularização, reprimendas, *justiça*, combate pelas armas, prudência, etc, de modo que a simples convivência pacífica com um “infiel” já seria interpretada como uma ocasião de pecado e de conivência com o erro. Identificando com o mal todas as doutrinas políticas ou religiosas opostas ao catolicismo tradicional vislumbrava-se a sociedade contemporânea como o reino do erro, da impiedade e, portanto, o reino de Satanás – um reino que deveria ser aniquilado em consonância com a reedificação do reino de Deus, cujo modelo ideal seria vislumbrado no medievo ocidental. Portanto, justificando a combatividade e a intolerância em nome de Deus, os tefepistas agregavam à violência física e psicológica um sentido transcendente, legítimo e mesmo necessário. Ressaltando sistematicamente a necessidade de uma compreensão dualista da realidade, baseada na classificação entre os ‘filhos da Luz’ e os ‘filhos das trevas’, os tefepistas incorporam ao seu discurso uma tônica intransigente que, como consequência, resulta na consolidação de um modo de pensar e agir que carrega em si, implícita ou explicitamente, a necessidade da eliminação física do oponente – é o resultado prático do trabalho do imaginário na estruturação da ação cotidiana. Entendemos que o imaginário coletivo trabalha de várias maneiras, sendo uma delas a operação por uma série de oposições, que estruturam as forças afetivas que vão agir sobre a vida coletiva, unindo a estas uma dimensão intelectual¹⁶. Estas oposições são situadas após o estabelecimento das identidades do eu e do outro, sendo que a partir desta definição surgem oposições que legitimam / invalidam, acusam / justificam, incluem / excluem, etc. Eliana Dutra, em seu estudo sobre o imaginário político dos anos 30, sublinha que o ego se esforça para introjetar o bom e projetar o mau,

buscando mantê-lo afastado de si¹⁷. A projeção do mal beneficia a identificação do bem, ou seja, se o mal, para os tefepistas, é encarnado no herege, no comunista, nas religiões concorrentes da católica, no progressismo, na imoralidade, no modernismo, etc, os membros da TFP, contrários a estas doutrinas, só podem ser vistos como representantes dos valores positivos citados por Dutra.

Para concluir nossa exposição acerca do pensamento intolerante difundido pela TFP, acrescentamos que a grande questão que este estudo de caso nos suscita é justamente a visualização contemporânea dos elementos que engendra; a constatação empírica de que existe uma ampla “comunidade de sentido” que mais do que simplesmente aceitar tais postulados preconceituosos, os defende ainda em nossos dias. Em outros termos, todas estas considerações se tornam mais consistentes quando as relacionamos com o espectro mais amplo do pensamento conservador de direita que, no país, é muito presente. Considerando que *“o pensamento, a mentalidade e a sensibilidade de direita articulam uma compreensão global de sociedade e um modo de sociabilidade”*¹⁸, percebemos que sua difusão, mais do que engendrar modos de pensar, vão traduzir-se em atitudes intolerantes nas relações sociais, nos modos e estilos de vida e de luta cultural, portanto, numa vivência social que será estruturada por elementos de violência física e psicológica consideradas como legítimas e mesmo naturais. Portanto, falamos não somente dos anos 60 e 70, mas do nosso cotidiano e de nossa postura diante dos modos e espectros em que a intolerância se manifesta em nossa sociedade, como bem destacou Antonio Ozaí da Silva: *“À intolerância religiosa soma-se a intolerância política, cultural, étnica e sexual. A inquisição está presente no cotidiano dos indivíduos: no âmbito do espaço doméstico, nos locais do trabalho, nos espaços públicos e privados. Ela assume formas sutis de violência simbólica e manifestações extremadas de ódio, envolvendo todas as esferas das relações humanas. A intolerância é, portanto, uma das formas de opressão de indivíduos em geral fragilizados por sua condição econômica, cultural, étnica, sexual e até mesmo por fatores etários. Muitas vezes nos surpreendemos ao descobrir a nossa própria intolerância”*. Visando uma mudança nesta situação, o mesmo autor defende que *“A construção de uma sociedade fundada em*

*valores que fortaleçam a tolerância mútua exige o estudo das formas de intolerância e das suas manifestações concretas, aliado à denúncia e combate a todos os tipos de intolerância (...) e fundamenta-se numa concepção que não restringe o problema da tolerância / intolerância ao âmbito do indivíduo; esta é também uma questão social, econômica, política e de classe*¹⁹.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente cursando o doutorado, sob a orientação do Prof. Dr. Artur César Isaia, pela mesma instituição. Pesquisa financiada pela CAPES. Contato: zanotto@cfh.ufsc.br.

² A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é uma associação civil que atua em todo o território nacional e que também está presente, através de representações e entidades coirmãs, em mais de 20 países. Sua fundação remonta a 1960, quando um grupo de católicos leigos bastante identificados com a doutrina tradicional da Igreja Católica - que estava paulatinamente perdendo espaço no campo católico para as chamadas correntes progressistas e engajadas - reuniu-se de forma associativa, obtendo estatuto jurídico às suas ações em defesa dos valores tradicionais preconizados pela Igreja – reflexo da adesão de seus membros ao integrismo católico. Segundo seus estatutos, os principais objetivos da TFP são combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar os valores positivos da ordem natural, em particular da trilogia tradição-família-propriedade.

³ ROUANET, Sérgio Paulo. O Eros da diferença. *Folha de S. Paulo, Caderno Mais*, 09.02.2003. Apud: SILVA, Antonio Ozaí da. Reflexões sobre a intolerância. **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 37, Ano IV, junho/2004. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/>> Acesso em 24/maio/2005.

⁴ A seção Virtudes Esquecidas, posteriormente intitulada Verdades Esquecidas, surgiu ainda nas primeiras edições do mensário *Catolicismo*, com o objetivo expresso de realçar virtudes e verdades esquecidas, desprezadas e mesmo combatidas na época, ou seja, temas relacionados com o cotidiano do laicato católico foram tomados como norte para a publicação dos excertos da obra e/ou da vida de Santos da Igreja Católica.

⁵ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Um apostolado especializado: difusão das “virtudes esquecidas”. *Catolicismo*, nº 16, abril/1952. In: CATOLICISMO. **Verdades Esquecidas. Coletânea de Textos do Mensário Catolicismo**. São Paulo: ARTPRESS, 1992. p. XXIV.

⁶ Idem, p. XXV.

⁷ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Um apostolado especializado: difusão das “virtudes esquecidas”. *Catolicismo*, nº 16, abril/1952. In: CATOLICISMO, 1992. p. XV.

⁸ KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 89.

⁹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. O laicismo dos estados roubou à sociedade moderna o “sentir da Igreja”. *Catolicismo*, nº 79, julho/1957. In: Ser tolerante? Sim, não? Por quê? **Catolicismo**, nº 646, p. 24-35, outubro/2004. p. 35.

¹⁰ CLAIR, Dom Romain. A paz, fruto lídimo da guerra aos maus. *Catolicismo*, nº 151, julho/1963. In: CATOLICISMO, 1992. p. 105.

¹¹ SILVA, Antonio Ozaí da. Reflexões sobre a intolerância. **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 37, Ano IV, junho/2004. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/>> Acesso em 24/maio/2005.

¹² OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. O que é a tolerância. *Catolicismo*, nº 75, março/1957. In: Ser tolerante? Sim, não? Por quê? **Catolicismo**, nº 646, p. 24-35, outubro/2004. p. 27.

¹³ Idem, p. 28.

¹⁴ Ibidem, p. 29.

¹⁵ ATANÁSIO, Santo. Perder-se-á certamente quem não professar a Fé Católica. *Catolicismo*, nº 185, maio/1966. In: CATOLICISMO, 1992. p. 119.

¹⁶ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia EINAUDI**. Vol. I (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 312.

¹⁷ DUTRA, Eliana de Freitas. **O Ardil Totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 22.

¹⁸ PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 1999. p. 17.

¹⁹ SILVA, Antonio Ozaí da, junho/2004.